

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas,**

A administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

	2012	2013	Var. %
Planta Região I	15.612	14.911	-4%
Fixa	11.693	10.871	-7%
Velox	3.426	3.553	4%
TV	493	487	-1%

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2013 com 10,8 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior.

Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 66,4%, segundo a ANATEL(*).

No Velox encerramos 2013 com uma base de 3,6 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 4% em relação a 2012.

A planta de TV da Oi fechou 2013 com 0,5 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 1% em relação a 2012.

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/ago.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 23.348 milhões em 2013, um acréscimo de 9,9% em relação ao ano anterior.

A TMAR registrou EBITDA de R\$ 5.550 milhões em 2013, um decréscimo de 2,3% no comparativo com o ano passado. A Companhia encerrou 2013 com um lucro líquido de R\$ 761 milhões, representando decréscimo de 50,4% em relação à 2012.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia durante todo o período pós privatização em geral e, particularmente, em 2013. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	747.323	1.141.393	1.910.874	1.819.633	Salários, encargos sociais e benefícios		268.471	347.481	453.466	453.345
Aplicações financeiras	9	86.866	641.682	362.529	1.029.791	Fornecedores		2.095.417	1.972.972	3.927.415	3.140.304
Instrumentos financeiros derivativos	18	86.442	148.909	86.442	148.909	Empréstimos e financiamentos	17	944.268	992.879	1.896.074	1.136.449
Contas a receber	10	3.832.695	3.016.535	5.905.726	5.014.073	Instrumentos financeiros derivativos	18	100.319	115.150	100.319	115.150
Estoques		84.237	90.955	406.355	363.347	Tributos correntes a recolher	11	23.897	35.169	324.866	809.001
Tributos correntes a recuperar	11	271.194	367.297	797.590	1.254.923	Outros tributos	12	304.038	580.604	926.203	807.511
Outros tributos	12	395.958	498.357	897.154	749.114	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	683.075	381.098	684.791	381.098
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	940.813	573.037			Autorizações e concessões a pagar	19		87.642	457.173	784.292
Depósitos e bloqueios judiciais	13	204.803	252.635	245.558	296.652	Programa de refinanciamento fiscal	20	43.074	45.452	47.464	46.752
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25			839		Provisões para fundos de pensão	24			220	
Demais ativos		736.676	453.713	1.307.823	713.282	Provisões	21	361.563	383.821	453.232	465.324
		7.387.007	7.184.513	11.920.890	11.389.724	Demais obrigações	22	159.910	322.587	1.028.397	916.097
Não circulante								4.984.032	5.264.855	10.299.620	9.055.323
Aplicações financeiras	9	1.527		82.247	44.607	Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	18	518.482	102.706	518.482	102.706	Empréstimos e financiamentos	17	9.570.111	10.382.695	12.505.117	10.825.508
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (i)	914.216	905.829	914.216	905.829	Instrumentos financeiros derivativos	18	63.276	79.421	63.276	79.421
Créditos com partes relacionadas	26	1.101.817	895.057	2.089.788	5.469.485	Outros tributos	12	650.238	1.343.906	1.137.394	1.613.955
Tributos diferidos a recuperar	11	2.687.018	2.673.588	3.956.803	3.000.555	Autorizações e concessões a pagar	19			1.027.234	602.071
Outros tributos	12	431.961	329.266	644.848	457.511	Programa de refinanciamento fiscal	20	459.532	450.822	502.939	459.025
Depósitos e bloqueios judiciais	13	3.305.102	3.202.728	3.982.016	3.602.952	Provisões para fundos de pensão	24			280	
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			1.869		Provisões	21	1.578.529	1.750.719	1.731.332	1.816.997
Demais ativos		242.279	242.739	549.077	309.795	Demais obrigações	22	1.421.018	142.671	1.514.519	274.221
Investimentos	14	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888			13.742.704	14.150.234	18.482.091	15.671.198
Imobilizado	15	11.296.004	10.439.061	19.436.200	16.771.469	Patrimônio líquido	23				
Intangível	16	671.572	594.964	3.659.497	3.119.571	Capital social		11.661.092	11.628.775	11.661.092	11.628.775
		30.472.098	32.842.147	35.993.190	33.948.368	Reservas de capital		1.667.417	1.667.530	1.667.417	1.667.530
Total do ativo		37.859.105	40.026.660	47.914.080	45.338.092	Reservas de lucro		5.886.128	7.379.624	5.886.128	7.379.624
						Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
						Ajuste de avaliação patrimonial		8.712	26.622	8.712	26.622
						Total do patrimônio líquido		19.132.369	20.611.571	19.132.369	20.611.571
						Total do passivo e patrimônio líquido		37.859.105	40.026.660	47.914.080	45.338.092

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receitas de vendas e/ou serviços	4	12.686.440	11.954.372	23.348.138	21.229.513
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(8.495.237)	(8.728.170)	(13.617.969)	(11.859.057)
Lucro bruto		4.191.203	3.226.202	9.730.169	9.370.456
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	740.419	2.448.929	(17.750)	(15.548)
Despesas com vendas	5	(2.103.741)	(1.975.126)	(4.803.343)	(4.047.584)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.139.288)	(1.269.458)	(2.300.806)	(2.200.070)
Outras receitas operacionais	6	792.740	775.639	1.277.398	1.261.019
Outras despesas operacionais	6	(985.614)	(1.097.746)	(1.754.407)	(1.678.670)
		(2.695.484)	(1.117.762)	(7.598.908)	(6.680.853)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.495.719	2.108.440	2.131.261	2.689.603
Receitas financeiras	7	764.653	773.234	1.064.038	1.378.635
Despesas financeiras	7	(1.453.696)	(1.619.717)	(2.038.032)	(1.973.440)
Resultado financeiro	7	(689.043)	(846.483)	(973.994)	(594.805)
Lucro antes das tributações		806.676	1.261.957	1.157.267	2.094.798
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(46.460)	(7.117)	(334.801)	(834.605)
Diferido	8	914	309.817	(61.336)	274.635
		(45.546)	302.700	(396.137)	(559.970)
Lucro líquido do exercício		761.130	1.564.657	761.130	1.534.828
Lucro líquido atribuído aos controladores		761.130	1.564.657	761.130	1.564.657
Lucro (prejuízo) atribuído aos não controladores					(29.829)
Lucro básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	23(g)	2,21	4,56	2,21	4,56

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	761.130	1.564.657	761.130	1.534.828
Perda de contabilidade de "hedge"	(20.105)	(25.970)	(20.105)	(25.970)
Ganho atuarial reflexo	2.195		2.195	
Total do resultado abrangente do exercício	743.220	1.538.687	743.220	1.508.858
Resultado abrangente atribuído ao controlador	743.220	1.538.687	743.220	1.538.687
Resultado abrangente atribuído ao não controlador				(29.829)

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de capital		Atribuído à participação dos controladores							Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido			
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Juros sobre obras em andamento	Especial Lei nº 8.200/1991	Opções de ações	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos						Dividendo adicional proposto	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados
Em 1 de janeiro de 2012	11.624.809	1.876.237	631.148	1.210.302	8.200/1991	2.037	127.321	101.439									
Aumento de capital	3.966		(3.966)														
Plano de opções de ações							703								703		703
Encerramento de plano de opção de ações							(128.024)				128.024						
Reorganização Societária		(837.712)								28.657		956.873	(77.719)	70.099	(4.933.197)	(4.863.098)	
Realização de reserva especial Lei nº 8.200/1991					(214)						214						
Lucro líquido do exercício											1.564.657		103.689	1.564.657	(29.829)	1.534.828	103.689
Ganho de contabilidade de "hedge"													103.689	103.689			
Variação de participação de investimentos reflexa												2.669		2.669	(2.669)	(34.625)	(34.625)
Aquisição de ações de minoritários																	
Destinação do lucro:																	
Reserva legal							78.232				(78.232)						
Reserva de incentivos fiscais							12.728				(12.728)						
Realização de reserva de capital				(1.210.302)											(1.210.302)		(1.210.302)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 1,9343 por ação)											(368.424)			(368.424)			(368.424)
Dividendo adicional proposto									1.233.511		(1.233.511)						
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por controladas																(1.536)	(1.536)
Outros																(18)	(18)
Em 31 de dezembro de 2012	11.628.775	1.038.525	627.182		1.823		179.671	12.728	5.953.714	1.233.511		(90.980)	26.622	20.611.571	20.611.571	19.132.369	19.132.369
Aumento de capital	32.317													32.317		32.317	
Realização de reserva especial Lei nº 8.200/1991					(113)						113						
Perda de contabilidade de "hedge"													(20.105)	(20.105)		(20.105)	
Ganho atuarial reflexo													2.195	2.195		2.195	
Realização da reserva de investimentos para pagamento de dividendos extraordinários															(698.540)	(698.540)	(698.540)
Realização de reserva de incentivos fiscais																	
Lucro líquido do exercício											12.728			12.728			
Destinação do lucro:																	
Reserva legal							38.057				(38.057)						
Reserva de investimento									413.226		(413.226)						
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 1,6942 por ação)																	
Aprovação de dividendos adicionais (R\$ 3,5806 por ação)																	
Em 31 de dezembro de 2013	11.661.092	1.038.525	627.182		1.710		217.728	12.728	5.668.400	1.233.511		(90.980)	8.712	19.132.369	19.132.369	19.132.369	19.132.369
	11.661.092				1.667.417				5.886.128			(90.980)	8.712	19.132.369	19.132.369	19.132.369	19.132.369

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Atividades operacionais					Atividades de financiamentos				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	806.676	1.261.957	1.157.267	2.094.798	Captações líquidas de custos	2.216.769	2.332.811	1.274.138	4.624.570
Itens de resultado que não afetam o caixa					Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing	(1.830.716)	(1.873.721)	(1.708.347)	(1.886.329)
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	1.051.135	683.937	1.300.148	950.474	Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação		53.470		(8.427.789)
Depreciação e amortização	1.448.506	1.317.093	3.418.545	2.983.615	Caixa cindido na Reorganização Societária				(8.427.789)
Perdas sobre contas a receber	195.036	176.143	737.607	470.210	Autorizações e concessões	(87.642)		(624.223)	(164.170)
Provisões	149.824	165.776	278.800	234.785	Programa de refinanciamento fiscal	(116.865)	(116.880)	(120.843)	(126.995)
Provisão para fundos de pensão		379.757	257	381.109	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(409.918)	(347.150)	(408.202)	(348.039)
Equivalência patrimonial	(740.419)	(2.448.929)	17.750	15.548	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(228.372)	48.530	(1.587.477)	(6.328.752)
Perda na baixa de ativo permanente		20.827	361.493	22.817	Variação cambial sobre equivalentes de caixa	52.590	13.542	54.539	(123.157)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	61.204	87.642	61.204	94.873	Fluxo de caixa do exercício	(394.070)	(1.904.550)	91.241	(8.954.001)
Participação de empregados e administradores	(48.395)	191.203	(64.630)	264.272	Caixa e equivalentes de caixa				
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(249.790)	337.879	(249.790)	266.672	Saldo final	747.323	1.141.393	1.910.874	1.819.633
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(94.121)	(110.229)	(190.764)	(482.441)	Saldo inicial	1.141.393	3.045.943	1.819.633	10.773.634
Atualização monetária de provisões	150.020	184.544	177.676	221.185	Variação no exercício	(394.070)	(1.904.550)	91.241	(8.954.001)
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	38.005	44.776	40.534	53.181	DIVULGAÇÃO ADICIONAL A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
Apropriação de despesas antecipadas	361.859	336.010	1.624.964	664.278	(a) Reorganização Societária 2013				
Dividendos prescritos	(49)	(25.543)	(49)	(25.609)	Os efeitos no patrimônio líquido da Companhia decorrentes da Reorganização Societária realizada em janeiro de 2013, conforme divulgado na Nota 1, estão resumidos abaixo:				
Outros	(209.694)	(27.350)	(201.716)	(124.474)					
Mutações patrimoniais	2.919.797	2.575.493	8.469.297	8.085.293	Controladora			Consolidado	
Contas a receber	313.652	(438.137)	242.272	(1.382.872)	Caixa e equivalentes de caixa			1.314.132	
Estoques	6.718	(46.207)	(41.343)	(199.984)	Aplicações financeiras			435.497	
Tributos	(791.787)	259.274	(960.893)	261.731	Contas a receber			612.290	
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(1.853.450)	(4.789.681)	(4.907.128)	(6.876.450)	Dividendos a receber		698.540	698.540	
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.421.020	5.320.272	6.035.118	7.132.719	Investimentos		3.552.148		1.325.923
Valores a receber				(143.075)	Imobilizado				777.932
Despesas antecipadas	(420.406)	(325.253)	(1.730.132)	(651.537)	Intangível				(1.030.996)
Fornecedores	251.231	116.538	416.884	(280.611)	Empréstimos e financiamentos				(4.218.371)
Salários, encargos sociais e benefícios	(30.615)	5.667	(15.317)	(7.884)	Empréstimos com empresas ligadas		(4.218.371)		(4.218.371)
Provisões	(415.189)	(311.155)	(535.703)	(511.793)	Tributos a recolher				(619.687)
Provisão para fundos de pensão					Provisões				(72.799)
Outras contas ativas e passivas	(64.565)	141.169	(394.181)	683.599	Demais ativos e passivos				809.856
Encargos financeiros pagos	(763.815)	(621.324)	(980.989)	(883.250)	Aumento de capital por Reorganização Societária			32.317	32.317
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa			(192.041)	(841.933)	(b) Reorganização Societária 2012				
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(171.032)	(149.532)	(325.931)	(248.273)	Os efeitos no patrimônio líquido da Companhia decorrentes da Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012, conforme divulgado na Nota 1, estão resumidos abaixo:				
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	571.153	599.879	64.594	83.087					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.972.712	2.337.003	5.144.507	4.118.242	Controladora			Consolidado	
Atividades de investimentos					Caixa e equivalentes de caixa			(8.427.789)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.547.055)	(2.762.468)	(4.844.685)	(4.909.932)	Aplicações financeiras			(7.054)	
Créditos com partes relacionadas - Liberações	(228.260)	(2.842.246)	(491.697)	(2.682.033)	Tributos diferidos e a recuperar			78.387	
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos	469.187	1.887.730	426.129	1.725.831	Dividendos			(87.940)	
Recursos obtidos na venda de bens	212.216	159.667	213.854	319.119	Tributos a recolher e diferidos			(100.404)	
Depósitos e bloqueios judiciais	(280.972)	(813.238)	(418.278)	(1.131.913)	Transações com partes relacionadas			(109.618)	
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	251.684	333.544	292.046	412.666	Outros ativos e (passivos)			(1.110)	
Ativo financeiro disponível para venda		(250.186)		(250.186)	Efeitos de incorporação no patrimônio líquido			(88.843)	
Fluxo de caixa decorrente de aquisição de controle de controladas			1.314.132		(d) Transações não-caixa				
Aquisição de ações minoritárias				(34.625)					
Aumento/Redução dos investimentos permanentes	(67.800)	(16.428)	(11.829)	(69.261)	Compensação de depósitos judiciais contra provisões				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(2.191.000)	(4.303.625)	(3.520.328)	(6.620.334)	Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	13.712	(64.283)	217.335	457.275
					Dividendos mínimos declarados e não pagos	(322.688)	(368.424)	(322.688)	(368.424)
					Resgate parcial de ações liquidado por mútuo		(1.210.302)		(1.210.302)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia" ou "TMAR"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua General Polidoro, nº 99, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. ("Oi" ou "Controladora").

A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO – Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III e (iii) através da controlada Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão prevêem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 16.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 7 de abril de 2014.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta		Indireta	
		2013	2013	2012	2012
TNL PCS S.A. ("TNL PCS") (i)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	99,99%	0,01%	99,99%	0,1%
Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel")	Telefonia móvel – Região II	100%			
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades	100%			
Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SEREBE – Serviços de Rede S.A. ("Serede")	Serviços de Rede	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%		
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%		
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%			
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	Holding	100%			
Internet Group do Brasil S.A. ("IG")	Internet	0,01%	99,99%		
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay")	Tráfego de dados		100%		
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi Tec España S.L	Internet Wifi		100%		100%
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi S.A	Internet Wifi		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi		90%		90%
VEX USA Inc	Internet Wifi		100%		100%
VEX Bolívia	Internet Wifi		100%		100%
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi Canadá Ltd	Internet Wifi		100%		100%
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda	Internet Wifi		100%		100%
VEX Colômbia Ltda	Internet Wifi		100%		100%
VEX Paraguay S.A.	Internet Wifi		100%		100%
Pointer Peru S.A.C.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Portugal S.A.	Internet Wifi		98,58%		98,58%
VEX Panamá S.A.	Internet Wifi		100%		100%
Circuito das Águas Telecomunicações S.A.	Investimentos em propriedades	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Caryopoceae Participações S.A.	Investimentos em propriedades	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Bryophyta SP Participações S.A.	Investimentos em propriedades		100%		100%

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 28.

As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta		Indireta	
		2013	2013	2012	2012
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira		50%		50%

(a) Reorganização Societária

Reorganização Societária de 2013

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Oi a aumentar o capital social na Companhia, no valor de R\$ 32.317, mediante as seguintes alterações societárias:

(i) redução de capital da TNL PCS pela Companhia em compensação a liquidação das debêntures privadas e mútuos a receber da Oi;

(ii) transferência de investimentos detidos pela Oi nas subsidiárias, Oi Móvel, BrT Multimídia, BrTI, BrT Card, BrT Call Center e Copart 5 para Companhia em compensação aos créditos de debêntures privadas e mútuos a receber da controladora Oi;

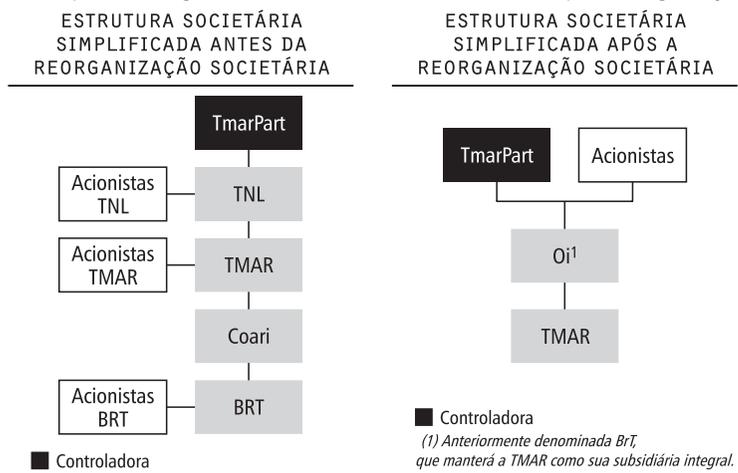
(iii) dividendos a pagar da Companhia em compensação aos créditos de debêntures privadas e mútuos a receber da controladora Oi.

Tal Reorganização visa a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as controladas da Oi e ganhos de sinergia operacional.

Reorganização Societária de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Oi, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE – "New York Stock Exchange" foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$ 2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente. O impacto no patrimônio líquido da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante foi um acréscimo de R\$ 70.100 e um decréscimo de R\$ 4.863.097, respectivamente.

Em decorrência da Reorganização Societária os saldos patrimoniais e de resultado da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram impactados a partir da data da aprovação da operação, em 27 de fevereiro de 2012, e no que se refere ao resultado a partir de 28 de fevereiro de 2012, quando passaram a não incluir os saldos e transações decorrentes das operações da Oi e suas controladas da Região II do PGO – Plano Geral de Outorgas.

Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro e novembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo "holdings" e companhias inativas visando à simplificação da estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

(i) Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;

(ii) Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e

(iii) Incorporação da TNCP pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidos pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Adoção de nova prática contábil

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos da adoção do CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013. Em conformidade com o parágrafo 40º do CPC 26 (R2), a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a aplicação retrospectiva das referidas normas não teria impacto material sobre o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2012.

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Investimento controlado em conjunto (i)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Ativo Circulante	11.396.541	(6.817)	11.389.724
Caixa e equivalentes de caixa	1.824.514	(4.881)	1.819.633
Aplicações financeiras	1.029.791		1.029.791
Instrumentos financeiros derivativos	148.909		148.909
Contas a receber	5.014.037	(964)	5.014.073
Estoques	363.347		363.347
Tributos correntes a recuperar	1.254.977	(54)	1.254.923
Outros tributos	749.114		749.114
Depósitos e bloqueios judiciais	296.652		296.652
Demais ativos	714.200	(918)	713.282
Ativo não circulante	33.947.763	605	33.948.368
Aplicações financeiras	44.607		44.607
Instrumentos financeiros derivativos	102.706		102.706
Ativo financeiro disponível para venda	905.829		905.829
Créditos com partes relacionadas	5.469.485		5.469.485
Tributos diferidos a recuperar	3.002.265	(1.710)	3.000.555
Outros tributos	457.511		457.511
Depósitos e bloqueios judiciais	3.603.158	(206)	3.602.952
Demais ativos	357.593	(47.798)	309.795
Investimentos	65.006	98.882	163.888
Imobilizado	16.771.432	(6.963)	16.771.469
Intangível	3.161.171	(41.600)	3.119.571
Ativo total	45.344.304	(6.212)	45.338.092
Passivo circulante	9.058.640	(3.317)	9.055.323
Salários, encargos sociais e benefícios	454.376	(1.031)	453.345
Fornecedores	3.141.218	(914)	3.140.304
Empréstimos e financiamentos	1.136.449		1.136.449
Instrumentos financeiros derivativos	115.150		115.150
Tributos correntes a recolher	809.001		809.001
Outros tributos	807.744	(233)	807.511
Dividendos e juros sobre o capital próprio	381.098		381.098
Autorizações e concessões a pagar	784.292		784.292
Programa de refinanciamento fiscal	46.752		46.752
Provisões	465.324		465.324
Demais obrigações	917.236	(1.139)	916.097
Passivo não circulante	15.674.093	(2.895)	15.671.198
Empréstimos e financiamentos	10.825.508		10.825.508
Instrumentos financeiros derivativos	79.421		79.421
Outros tributos	1.613.955		1.613.955
Autorizações e concessões a pagar	602.071		602.071
Programa de refinanciamento fiscal	459.025		459.025
Provisões	1.817.989	(992)	1.816.997
Demais obrigações	276.124	(1.903)	274.221
Patrimônio líquido	20.611.571		20.611.571
Capital social	11.628.775		11.628.775
Reservas de capital	1.667.530		1.667.530
Reservas de lucros	7.379.624		7.379.624
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	(90.980)		(90.980)
Ajuste de avaliação patrimonial	26.622		26.622
Passivo total	45.344.304	(6.212)	45.338.092

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Investimento controlado em conjunto (i)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Receita de venda de bens e/ou serviços	21.239.440	(9.927)	21.229.513
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(11.862.011)	2.954	(11.859.057)
Resultado bruto	9.377.429	(6.973)	9.370.456
Despesas/Receitas operacionais	(6.686.873)	6.020	(6.680.853)
Resultado de equivalência patrimonial		(15.548)	(15.548)
Despesas com vendas	(4.055.468)	7.884	(4.047.584)
Despesas gerais e administrativas	(2.206.346)	6.276	(2.200.070)
Outras receitas operacionais	1.261.042	(23)	1.261.019
Outras despesas operacionais	(1.686.101)	7.431	(1.678.670)
Resultado antes dos tributos financeiro e dos tributos	2.690.556	(953)	2.689.603
Resultado financeiro	(594.528)	(277)	(594.805)
Receitas financeiras	1.378.942	(307)	1.378.635
Despesas financeiras	(1.973.470)	30	(1.973.440)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.096.028	(1.230)	2.094.798
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(561.200)	1.230	(559.970)
Corrente	(836.166)	1.561	(834.605)
Diferido	274.966	(331)	274.635
Lucro consolidado do exercício	1.534.828		1.534.828
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.564.657		1.564.657
Atribuído a sócios não controladores	(29.829)		(29.829)

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos ajustados em 31/12/2012
Fluxos de caixa			
Atividades operacionais	4.066.477	51.765	4.118.242
Atividades de investimentos	(6.563.688)	(56.646)	(6.620.334)
Atividades de financiamentos	(6.328.752)		(6.328.752)

(i) Negócios em conjunto

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

(c) Principais políticas contábeis**Crítérios de consolidação das controladas pelo método integral**

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS10/CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Conversão de moeda estrangeira**Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- . O software pode ser vendido ou usado.

. Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.

. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;

- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 1 de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar o uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem. Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita. As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais reflexas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas da Companhia Oi Móvel e TNL PCS, implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em: (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo, anualmente eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – a revisão clarifica o significado de “atualmente tiver um direito exequível de compensar os valores reconhecidos” e trata da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a revisão seja relevante no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 21 - Tributos - a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a interpretação venha a gerar impacto relevante no reconhecimento de suas obrigações de pagar tributos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. No que se refere ao passivo financeiro, é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A referida norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**3.1. Visão Geral**

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2013			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Equivalentes de caixa	Valor justo	613.331	613.331	1.629.252	1.629.252
Aplicações financeiras	Valor justo	88.393	88.393	444.776	444.776
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.832.695	3.832.695	5.905.726	5.905.726
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.159.831	1.159.831	2.153.059	2.153.059
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	604.924	604.924	604.924	604.924
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	940.813	940.813		
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	914.216	914.216	914.216	914.216
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.095.417	2.095.417	3.927.415	3.927.415
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	10.470.199	10.470.199	14.357.011	14.357.011
Debêntures	Custo amortizado	44.180	44.180	44.180	44.180
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	163.595	163.595	163.595	163.595
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	683.075	683.075	684.791	684.791
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	502.606	502.606	550.403	550.403

Mensuração contábil	Controladora		Consolidado		
	2012				
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo					
Equivalentes de caixa	Valor justo	994.481	994.481	1.572.919	1.572.919
Aplicações financeiras	Valor justo	641.682	641.682	1.074.398	1.074.398
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.016.535	3.016.535	5.015.037	5.015.037
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	903.041	903.041	5.477.469	5.477.469
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	251.615	251.615	251.615	251.615
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	573.037	573.037		
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	905.829	905.829	905.829	905.829
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.972.972	1.972.972	3.141.218	3.141.218
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	11.334.157	11.334.157	11.920.540	11.920.540
Debêntures	Custo amortizado	41.417	41.417	41.417	41.417
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	194.571	194.571	194.571	194.571
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	381.098	381.098	381.098	381.098
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	87.642	87.642	1.386.363	1.386.363
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	496.274	496.274	505.777	505.777

(i) Corresponde a 10% de participação acionária na PT – Portugal Telecom.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da PT no montante de R\$ 8.387, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 5.535.

Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 39 e CPC 39/IAS 32, a Companhia reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos Financeiros Derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(b) Instrumentos Financeiros Não-Derivativos Mensurados ao Valor Justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e/ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
	Valor justo 2013	Valor justo 2012	Valor justo 2013	Valor justo 2012
Ativos				
Equivalentes de caixa	Nível 2	613.331	994.481	1.629.252
Aplicações financeiras	Nível 2	88.393	641.682	444.776
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	604.924	251.615	604.924
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Nível 1	914.216	905.829	914.216
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	163.595	194.571	163.595

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de

continuação

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de Mercado**(a) Risco de taxa de câmbio****Ativos Financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits").

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 15,2% (2012 – 14,9%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da PT.

Passivos Financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 32,6% (2012 – 33,8%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 98,4% (2012 – 79,1%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Equivalentes de caixa	322.955	322.955	417.677	417.677
Aplicações financeiras	29.465	29.465	13.106	13.106
Ativo financeiro disponível para venda	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos	604.924	604.924	251.615	251.615
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	4.233.786	4.233.786	3.995.286	3.995.286
Instrumentos financeiros derivativos	138.298	138.298	158.893	158.893

	Consolidado			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	328.789	328.789	417.708	417.708
Aplicações financeiras	29.465	29.465	13.106	13.106
Ativo financeiro disponível para venda	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos	604.924	604.924	251.615	251.615
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	4.233.786	4.233.786	3.995.286	3.995.286
Instrumentos financeiros derivativos	138.298	138.298	158.892	158.892

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
Vencimento	2013		2012	
	Valores a (pagar)/ a receber			
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,5 - 9,3	24.982	(63.738)	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	2,1 - 8,1	405.498	186.390	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
Vencimento	2013		2012	
	Valores a (pagar)/ a receber			
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,8 - 2,1	21.649	(4.254)	
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	2,1	(31.969)	(18.571)	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	46.466	(7.105)	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")

US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

Contratos de NDF "Non Deliverable Forward"

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquele moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com "swap" cambial	285.073	(79.969)	285.073	(79.969)
Operações de termo em moedas	(20.541)	(251.129)	(20.541)	(179.922)
Total	264.532	(331.098)	264.532	(259.891)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge".

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial		27.036		27.036
Resultado dos "hedges" designados		(32.102)		(32.102)
Transferência da porção inefetiva ao resultado		(370)		(370)
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva		1.214		1.214
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"		10.628		10.628
Saldo final		6.406		6.406

a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários

de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2013. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2013	Desvalorização
Cenário Provável		
Dólar	2,3426	0%
Euro	3,2265	0%
Cenário Possível		
Dólar	2,9283	25%
Euro	4,0331	25%
Cenário Remoto		
Dólar	3,5139	50%
Euro	4,8398	50%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.354.639	5.443.299	6.531.959
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.928.410)	(4.910.513)	(5.892.615)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(352.017)	(440.021)	(528.026)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(403)	(504)	(605)
Total vinculado a taxas de câmbio		73.809	92.261	110.713

Descrição	Consolidado			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.354.639	5.443.299	6.531.959
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.928.410)	(4.910.513)	(5.892.615)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(357.851)	(447.314)	(536.777)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(403)	(504)	(605)
Total vinculado a taxas de câmbio		67.975	84.968	101.962

(b) Risco de taxa de juros**Ativos Financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos Financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 89,9% (2012 – 91,2%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 87,2% (2012 – 67,9%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e suas controladas após operações de "hedge" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "hedge". Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	290.376	290.376	576.804	576.804
Aplicações financeiras	58.929	58.929	628.576	628.576
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.813.068	8.813.068	9.799.455	9.799.455
Instrumentos financeiros derivativos	25.297	25.297	35.678	35.678

	Consolidado			
	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.300.463	1.300.463	1.155.211	1.155.211
Aplicações financeiras	415.311	415.311	1.061.292	1.061.292
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11.539.332	11.539.332	9.976.122	9.976.122
Instrumentos financeiros derivativos	25.297	25.297	35.678	35.678

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	Controladora e Consolidado			
	Valor justo			
Vencimento	2013		2012	
	Valores a (pagar)/ a receber			
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré	1,5	(4.065)	(6.779)	

Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "swap" de taxa de juros

US\$ LIBOR/ US\$ Pré: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de "swap" de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	(14.742)	(6.781)	(14.742)	(6.781)
Total	(14.742)	(6.781)	(14.742)	(6.781)

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge":

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes		
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(414)	(414)
Resultado dos "hedges" designados	2.505	2.505
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(28)	(28)
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva	(1.682)	(1.682)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(270)	(270)
Saldo final	111	111

b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde junho de 2009, a taxa TJLP se mantém estável em 6% a.a.. Em julho de 2012, a taxa foi reduzida para 5,5% a.a. e caiu novamente para 5,0% a.a. em dezembro de 2012, tendo se mantido neste patamar até dezembro de 2013.

2013								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
USD			USD			USD		
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M
9,77%	5,00%	0,3480%	12,21%	6,25%	0,4350%	14,66%	7,50%	0,5220%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora				
2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.034.091	1.242.102	1.447.796
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	745.113	891.997	1.037.318
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	475.200	543.439	627.754
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)
Total vinculado a taxas de juros		2.333.750	2.757.743	3.193.929

Consolidado				
2013				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.034.091	1.242.102	1.447.796
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	745.113	891.997	1.037.318
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.137.603	1.297.628	1.490.290
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	201.243	205.857	210.469
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(121.897)	(125.652)	(129.408)
Total vinculado a taxas de juros		2.996.153	3.511.932	4.056.465

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA e de risco soberano.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui linha de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada em novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida Líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA.....entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/EBITDA.....entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantidade disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção "Covenants".

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas e /ou serviços	16.962.312	16.473.904	33.370.683	31.161.335
Deduções da receita bruta	(4.275.872)	(4.519.532)	(10.022.545)	(9.931.822)
Tributos	(4.119.480)	(4.334.888)	(7.255.949)	(7.373.702)
Outras deduções	(156.392)	(184.644)	(2.766.596)	(2.558.120)
Receitas de vendas e/ ou serviços	12.686.440	11.954.372	23.348.138	21.229.513

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de terceiros	(2.661.985)	(2.575.029)	(5.049.674)	(4.662.342)
Interconexão	(3.838.199)	(4.706.673)	(3.462.136)	(3.609.729)
Depreciação e amortização	(1.448.506)	(1.317.093)	(3.418.545)	(2.983.615)
Aluguéis e seguros	(940.876)	(786.833)	(2.338.543)	(1.623.824)
Pessoal	(748.123)	(632.883)	(1.815.698)	(1.174.768)
Serviço de manutenção da rede	(1.564.216)	(1.361.682)	(1.684.605)	(1.668.560)
FISTEL	(22.991)	(22.246)	(673.031)	(577.595)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(195.036)	(176.143)	(737.607)	(470.210)
Publicidade e propaganda	(103.235)	(98.630)	(539.455)	(362.166)
Custos de aparelhos e outros			(515.419)	(520.430)
Materiais	(91.564)	(79.227)	(193.617)	(119.886)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(61.204)	(87.642)	(61.204)	(94.873)
Outros custos e despesas	(62.331)	(128.673)	(232.584)	(238.713)
Total	(11.738.266)	(11.972.754)	(20.722.118)	(18.106.711)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(8.495.237)	(8.728.170)	(13.617.969)	(11.859.057)
Despesas com vendas	(2.103.741)	(1.975.126)	(4.803.343)	(4.047.584)
Despesas gerais e administrativas	(1.139.288)	(1.269.458)	(2.300.806)	(2.200.070)
Total	(11.738.266)	(11.972.754)	(20.722.118)	(18.106.711)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	237.825	344.341	586.690	452.053
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	203.491	203.068	294.940	334.599
Receita na alienação de bens	212.216	28.067	213.854	160.378
Multas	88.394	93.263	124.847	180.118
Serviços técnicos e administrativos	41.490	60.131	39.719	77.723
Dividendos prescritos	49	25.543	49	25.609
Outras receitas	9.275	21.226	17.299	30.539
Total	792.740	775.639	1.277.398	1.261.019
Outras despesas operacionais				
Tributos	(393.728)	(283.040)	(890.729)	(691.149)
Provisões/reversões	(149.824)	(165.776)	(278.800)	(234.785)
Baixa de imobilizado	(242.103)	(9.154)	(242.876)	(19.214)
Multas	(82.901)	(3.149)	(105.787)	(5.046)
Descontos concedidos	(35.752)	(52.516)	(36.689)	(53.489)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos (i)		(379.757)	(257)	(381.109)
Participação de empregados e administradores	48.395	(191.203)	64.630	(264.272)
Outras despesas	(129.701)	(13.151)	(263.899)	(29.606)
Total	(985.614)	(1.097.746)	(1.754.407)	(1.678.670)

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, considerando a expectativa de difícil realização do crédito, foi constituída provisão para perdas com ativo.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	240.956	283.040	342.957	394.602
Rendimentos de aplicações financeiras	44.922	158.111	185.469	356.649
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	101.375	104.860	184.184	470.381
Dividendos recebidos (i)	78.173	130.101	78.173	130.938
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	74.056	60.949	76.005	(75.642)
Outras receitas	225.171	36.173	197.250	101.707
Total	764.653	773.234	1.064.038	1.378.635
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(553.863)	(569.576)	(745.720)	(678.209)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(587.545)	91.962	(589.737)	116.528
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(90.732)	(203.441)	(82.727)	(52.276)
Juros sobre debêntures	(2.662)	(49.429)	(2.662)	(124.705)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	249.790	(337.879)	249.790	(266.672)
Sub-total:	(985.012)	(1.068.363)	(1.171.056)	(1.005.334)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(142.715)	(114.605)	(412.509)	(332.478)
Atualização monetária de provisões	(150.020)	(184.544)	(177.676)	(221.185)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(79.046)	(111.944)	(115.798)	(169.430)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(38.005)	(44.776)	(40.534)	(53.181)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	8.387	(43.341)	8.387	(43.341)
Outras despesas	(67.285)	(52.144)	(128.846)	(148.491)
Sub-total:	(468.684)	(551.354)	(866.976)	(968.106)
Total	(1.453.696)	(1.619.717)	(2.038.032)	(1.973.440)
Resultado financeiro	(689.043)	(846.483)	(973.994)	(594.805)

(i) Em 17 de maio de 2013, a TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,325 por ação, perfazendo o montante de

€ 29.137 (R\$ 75.994).

(ii) Vide Nota 3.1 item (i).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(46.460)	(7.117)	(334.801)	(834.605)
Tributos diferidos	914	309.817	(61.336)	274.635
Total	(45.546)	302.700	(396.137)	(559.970)
Controladora	2013	2012	2013	2012
Lucro antes das tributações	806.676	1.261.957	1.157.267	2.094.798
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			7.904	1.859
Total do resultado tributado	806.676	1.261.957	1.165.171	2.096.657
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(274.270)	(429.065)	(396.158)	(712.864)
Equivalência patrimonial	251.742	832.636	(6.035)	(5.286)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(45.900)	(155.536)		524
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	(12.704)	14.816	31.516	179.336
Exclusões permanentes (ii)	35.586	39.849	25.294	1.657
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL			25.206	
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(75.960)	(26.737)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)				3.400
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(45.546)	302.700	(396.137)	(559.970)

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e prescrição de dividendos.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

(iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). Embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a sofrer alterações significativas, por força de diversas emendas já propostas, inclusive no que diz respeito aos efeitos advindos da adoção antecipada; (iii) até o momento não há norma definindo prazo e forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e (iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão antecipada.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e contas bancárias	133.992	146.912	281.622	251.538
Equivalentes de caixa	613.331	994.481	1.629.252	1.568.095
Total	747.323	1.141.393	1.910.874	1.819.633

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimentos exclusivos	240.714	879.742	1.015.755	1.287.766
CDB – Certificado de Depósito Bancário	156.149	108.923	391.543	273.590
Operações compromissadas	25.253	5.715	25.253	5.715
“Time Deposits”	191.117		191.117	
Outros	98	101	5.584	1.024
Equivalentes de caixa	613.331	994.481	1.629.252	1.568.095

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimento exclusivos	86.866	623.675	362.529	1.011.784
Títulos privados	1.527	18.007	82.247	62.614
Aplicações financeiras	88.393	641.682	444.776	1.074.398
Circulante	86.866	641.682	362.529	1.029.791
Não circulante	1.527		82.247	44.607

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações compromissadas	72.721	477.543	571.652	862.105
CDB – Certificado de Depósito Bancário	36.522	18.581	312.337	33.887
“Time Deposits”	113.867	339.649	113.867	339.649
Títulos públicos		12.764		20.883
Outros	17.604	31.205	17.899	31.242
Títulos classificados em equivalentes de caixa	240.714	879.742	1.015.755	1.287.766
Títulos públicos	57.402	610.569	333.064	998.678
Outros	29.464	13.106	29.465	13.106

Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo

Fundos de investimentos exclusivos

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Serviços faturados	3.450.429	2.685.130	4.429.006	3.696.978
Serviços a faturar	471.918	532.452	993.171	1.109.420
Aparelhos e acessórios vendidos			779.280	570.445
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(89.652)	(201.047)	(295.731)	(362.770)
Total	3.832.695	3.016.535	5.905.726	5.014.073

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A faturar	471.918	532.453	993.171	1.109.420
A vencer	1.680.253	1.344.188	2.884.088	2.740.917
A receber de outros provedores	1.029.773	640.449	1.058.630	449.196
Vencidas até 60 dias	516.272	507.810	720.226	692.870
Vencidas de 61 a 90 dias	70.647	66.962	120.752	100.289
Vencidas de 91 a 120 dias	64.439	54.941	109.442	86.362
Vencidas de 121 a 150 dias	44.164	36.784	89.241	64.560
Vencidas de 151 a 180 dias	44.881	33.995	225.907	133.229
Total	3.922.347	3.217.582	6.201.457	5.376.843

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora					
	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Adições/ (compensações)	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2013
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Provisão para participação nos lucros	66.383	(36.437)				29.946
Provisões	547.023	(77.102)				469.921
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	432.724	(9.797)				422.927
Variações cambiais	299.888	38.404				338.292
Outras adições/exclusões temporárias	269.087	(174.729)				94.358
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.826	(2.852)				238.974
Contabilidade de “hedge”	(13.714)		10.358			(3.356)
Prejuízos fiscais	520.665	231.079				751.744
Base negativa de CSLL	304.108	32.348				336.456
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	5.598					7.756
Total imposto diferido ativo	2.673.588	914	10.358	(8.722)	10.880	2.687.018

	Consolidado						
	Saldo em 2012	Reorganização Societária	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Adições/ (compensações)	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2013
Impostos diferidos ativos com relação a:							
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa			35.725	10.133			45.858
Provisão para participação nos lucros	80.177		9.349	(50.954)			38.572
Provisão para fundos de pensão			917	270	(438)	(653)	96
Provisões	580.319		22.931	(70.676)			532.574
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	489.821		18.967	(4.517)			504.271
Variações cambiais	299.889		(6)	38.403			338.286
Outras adições/exclusões temporárias	453.902		20.529	(186.076)			288.355
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	241.826			(2.852)			238.974
Contabilidade de “hedge”	(13.714)				10.358		(3.356)
Prejuízos fiscais	530.906		537.688	187.587			1.256.181
Base negativa de CSLL	307.878		208.481	17.346			533.705
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	29.551		20.787		73.030	59.919	183.287
Total imposto diferido ativo	3.000.555	875.368	(61.336)	9.920	72.377	59.919	3.956.803

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	(212.904)	(929.023)
Redução por Reorganização Societária		580.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(176.143)	(470.210)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	188.000	455.647
Saldo em 2012	(201.047)	(362.770)
Aumento por Reorganização Societária		(20.068)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(195.036)	(737.607)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	306.431	824.714
Saldo em 2013	(89.652)	(295.731)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo			
	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Tributos correntes a recuperar				
CS a recuperar (i)	20.287	10.796	142.568	262.836
IR a recuperar (i)	56.212	40.633	367.438	633.171
IRRF / CSLL - Impostos retidos na fonte (ii)	194.695	315.868	287.584	358.916
Circulante	271.194	367.297	797.590	1.254.923
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre diferenças temporárias (iii)	1.207.820	1.442.868	1.522.415	1.664.723
CS sobre diferenças temporárias (iii)	383.242	400.349	461.215	467.497
IR sobre prejuízos fiscais (iii)	751.744	520.665	1.256.181	530.906
CS sobre base negativa (iii)	336.456	304.108	533.705	307.878
Outros tributos diferidos (iv)	7.756	5.598	183.287	29.551
Não circulante	2.687.018	2.673.588	3.956.803	3.000.555
Adições temporárias por natureza:	1.591.062	1.843.217	1.983.630	2.132.220
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa			45.858	
Participação nos lucros	29.946	66.383	38.572	80.177
Provisão para fundo de pensão			96	
Provisões	469.921	547.023	532.574	580.319
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	422.927	432.724	504.271	489.821
Variações cambiais	338.292	299.888	338.286	299.889
Outras adições/exclusões temporárias	94.358	269.087	288.355	453.902
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	238.974	241.826	238.974	241.826
Contabilidade de “hedge”	(3.356)	(13.714)	(3.356)	(13.714)

	Passivo			
	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	17.565	29.599	237.095	568.134
Contribuição social a pagar	6.332	5.570	87.771	240.867
Circulante	23.897	35.169	324.866	809.001

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2013, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 223.504 (2012 - R\$ 149.568).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2014		604.663
2015		87.594
2016	355.085	454.122
2017	299.975	429.459
2018	364.988	492.777
2019 a 2021	1.659.214	1.532.221
2022 a 2023		172.680
Total	2.679.262	3.773.516

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de tributos federais realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais.

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

12. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS a recuperar (i)	719.999	680.253	1.337.459	978.597
PIS/COFINS	86.655	60.800	153.172	122.793
Outros	21.265	86.570	51.371	105.235
Total	827.919	827.623	1.542.002	1.206.625
Circulante	395.958	498.357	897.154	749.114
Não circulante	431.961	329.266	644.848	457.511

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
FUST/FUNTEL/Radiodifusão	290.719	274.788	654.559	486.115
ICMS	160.631	370.576	520.142	488.419
ICMS Convênio nº 69/1998	371.779	358.316	422.737	422.584
PIS/COFINS	78.266	852.221	308.743	914.951
Outros	52.881	68.609	157.416	109.397
Total	954.276	1.924.510	2.063.597	2.421.466
Circulante	304.038	580.604	926.203	807.511
Não circulante	650.238	1.343.906	1.137.394	1.613.955

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	Cíveis	1.560.163	1.554.654	1.799.434
Tributários	1.256.607	1.194.128	1.692.860	1.491.619
Trabalhistas	693.135	706.581	735.280	723.870
Total	3.509.905	3.455.363	4.227.574	3.899.604
Circulante	204.803	252.635	245.558	296.652
Não circulante	3.305.102	3.202.728	3.982.016	3.602.952

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	Participações avaliadas a:			
Equivalência patrimonial	9.201.963	13.348.892		
Negócios em Conjunto	55.024	62.184	86.633	98.882
Custo de aquisição (i)	36.208	36.208	47.293	48.580
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	23.895	16.100
Outros investimentos	249	249	326	326
Total	9.302.120	13.456.209	158.147	163.888

(i) O saldo inclui o montante de R\$ 32.222 relacionado ao investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar"), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	27.830.535	59.689
Redução por Reorganização Societária	(16.284.050)	(7.054)
Ajustes CPC 19		114.430
Equivalência patrimonial	2.448.929	(15.548)
Aumento de capital em investidas	53.235	
Juros sobre capital próprio	(457.458)	
Dividendos obrigatórios	(279.760)	
Variações de porcentagem de participação	2.669	
Aumento por incorporação	88.843	
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada	3.230	
Reserva reflexa de remunerações baseadas em ações de controladas	179	
Dividendos adicionais distribuídos por controladas	(2.316)	
Reversão de provisão para perdas em investimentos	52.248	
Outros	(75)	12.371
Saldo em 2012	13.456.209	163.888
Equivalência patrimonial	740.419	(17.750)
Redução de investimentos	(4.799.503)	
Juros sobre capital próprio	(135.000)	
Redução de investimentos	(30.000)	
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada	67.317	
Investimentos em entidades controladas em conjunto		5.500
Outros	2.678	6.509
Saldo em 2013	9.302.120	158.147

Os principais dados relativos às participações diretas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Controladora			Participação - %	
			Qtde. milhares de			Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
TNL PCS	5.605.336	299.817	6.101.213		100	100	
Oi Internet	164.421	147.505		188.903	100	100	
Serede	(67.380)	(70.677)	3.000		100	100	
Oi Móvel	2.555.003	262.220	4.473.443		100	100	
BrTI	292.190	13.364	697.155		100	100	
BrT Multimídia	450.195	76.014		446.245	99,99	99,99	
Copart 5	107.416	24.419	1.000		100	100	
BrT Call Center	19.871	(5.113)	11.270	22.370	100	100	
BrT Card	7.531	450		7.499.999	100	100	
Dommo	(502)	(420)	11.265	22.531	100	100	
AIX	55.024	(7.160)	298.563		50	50	

Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto	Controladora		
				2013		
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas
TNL PCS	299.817	5.605.336				
Oi Internet	147.505	164.421				
Serede	(70.677)				(67.380)	
Oi Móvel	262.220	2.555.003				
BrTI	13.364	292.190				
BrT Multimídia	76.014	450.195				
Copart 5	24.419	107.416				
BrT Call Center	(5.113)	19.871				
BrT Card	450	7.531				
Dommo	(420)				(502)	
AIX	(7.160)	55.024				
Total	740.419	9.256.987			(67.882)	

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Controladora			Participação - %	
			Qtde. milhares de			Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
TNL PCS (i)	13.156.692	2.284.137	6.101.213		100	100	
Oi Internet	188.903	101.175		188.903	100	100	
Serede	3.298	(13.011)	3.000		100	100	
Dommo	(82)	(3.248)	11.265	22.531	100	100	
AIX	124.366	(550)	298.563		50	50	

Controladora
2012

Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
		(26.204)	
Coari (ii)	2.390.498		
TNCP (i)		13.156.691	
TNL PCS (i)		188.903	
Oi Internet	101.175	3.298	
Serede	(13.011)		
Dommo	(3.248)		(82)
Oi Holanda	(6)		
AIX	(275)	62.184	
Total	2.448.929	13.411.076	(82)

Informações financeiras resumidas

Controladas e Negócios em conjunto	2013		
	Ativos	Passivos	Receitas
TNL PCS	14.387.646	8.782.310	10.456.582
Oi Internet	439.666	275.245	432.011
Serede	60.338	127.718	195.165
Oi Móvel	5.235.501	2.680.498	2.518.491
BrTI	378.801	86.611	1.198
BrT Multimídia	714.742	264.547	238.632
Copart 5	592.402	484.986	76.399
BrT Call Center	206.539	186.668	482.010
BrT Card	9.662	2.131	
Dommo	13	515	
AIX	59.536	4.512	32.843

Controladas e Negócios em conjunto	2012		
	Ativos	Passivos	Receitas
TNL PCS(i)	19.808.563	6.651.871	10.823.004
Oi Internet	387.934	199.031	219.236
Serede	52.297	48.999	181.113
Dommo	130	212	
AIX	133.438	9.072	47.270

(i) Em dezembro de 2012 a TNCP foi incorporada e a TNL PCS passou a ser uma subsidiária direta da Companhia.
(ii) O investimento anteriormente mantido na Coari foi integralmente cindido na Reorganização Societária comentada na Nota 1 (a).

15. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2012	1.925.873	9.890.873	13.308.427	19.150.560	2.322.422	1.246.006	47.844.161
Adições	1.365.941	86.897	488.018	369.162	141.023	63.939	2.514.980
Baixas	(58.549)		(137)	(24.249)	(12.483)	(3.941)	(99.359)
Transferências	(906.274)	78.038	370.264	408.214	24.746	25.012	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)				(21.083)	(224.250)		(245.333)
Saldo em 2012	2.326.991	10.055.808	14.166.572	19.882.604	2.251.458	1.331.016	50.014.449
Adições	1.199.027	48.927	727.980	485.847	17.173	(167.710)	2.311.244
Baixas	(118.492)			(142.193)		(417)	(261.102)
Transferências	(806.337)	41.707	327.863	490.097	(146.190)	92.860	
Saldo em 2013	2.601.189	10.146.442	15.222.415	20.716.355	2.122.441	1.255.749	52.064.591
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2012		(9.299.884)	(10.702.661)	(15.935.702)	(1.667.921)	(1.020.572)	(38.626.740)
Despesas de depreciação		(92.215)	(513.659)	(456.088)	(40.634)	(53.030)	(1.155.626)
Baixas			17	22.320	5.866	3.923	32.126
Transferências		1.314	2.629	(4.118)	114	61	
Transferências para ativos mantidos para venda (i)					14.487	160.365	174.852
Saldo em 2012		(9.390.785)	(11.213.674)	(16.359.101)	(1.542.210)	(1.069.618)	(39.575.388)
Despesas de depreciação		(102.604)	(588.750)	(494.181)	(34.086)	(55.970)	(1.275.591)
Baixas				81.976		416	82.392
Transferências		(6)	(93)	(966)	1.573	(508)	
Saldo em 2013		(9.493.395)	(11.802.517)	(16.772.272)	(1.574.723)	(1.125.680)	(40.768.587)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2012	2.326.991	665.023	2.952.898	3.523.503	709.248	261.398	10.439.061
Saldo em 2013	2.601.189	653.047	3.419.898	3.944.083	547.718	130.069	11.296.004
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2012	3.522.226	13.431.524	27.383.359	22.584.788	3.898.305	3.246.734	74.066.936
Redução por Reorganização Societária (2)	(958.814)	(1.543.925)	(8.885.639)	(1.972.054)	(1.390.259)	(650.629)	(15.401.320)
Adições (2)	2.145.788	275.395	1.128.546	421.400	161.673	159.237	4.292.039
Baixas (2)	(140.841)	(1.364)	(17.177)	(139.996)	(22.397)	(105.709)	(427.484)
Transferências	(1.388.185)	15					

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.859.521 (2012 - R\$ 3.701.414) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

16. INTANGÍVEL

	Controladora					
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 01/01/2012		1.574.749	230.030	6.410	281.076	2.092.265
Constituição do intangível em formação	158.016				(158.016)	
Adições	83.569	98.453			1.183	183.205
Baixa	(41.338)	(2.571)				(43.909)
Transferências	(100.719)	98.454			2.265	
Saldo em 2012	99.528	1.769.085	230.030	6.410	126.508	2.231.561
Adições	55.268	193.744			511	249.523
Saldo em 2013	154.796	1.962.829	230.030	6.410	127.019	2.481.084
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2012		(1.261.281)	(107.640)	(5.340)	(100.869)	(1.475.130)
Despesas de amortização		(124.168)	(33.891)		(3.408)	(161.467)
Saldo em 2012		(1.385.449)	(141.531)	(5.340)	(104.277)	(1.636.597)
Despesas de amortização		(135.947)	(33.891)		(3.077)	(172.915)
Transferências		(3)			3	
Saldo em 2013		(1.521.399)	(175.422)	(5.340)	(107.351)	(1.809.512)
Intangível líquido						
Saldo em 2012	99.528	383.636	88.499	1.070	22.231	594.964
Saldo em 2013	154.796	441.430	54.608	1.070	19.668	671.572
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		20%	

	Consolidado							
	Ágio ("Goodwill")	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Carteira de clientes	Total
Custo do intangível								
Saldo em 01/01/2012	81.948	3.850.958	17.932.457	123.046	602.070	381.515	22.971.994	
Constituição do intangível em formação		266.773				(266.773)		
Redução por Reorganização Societária (1)		(31.431)	(1.193.280)	(15.223.636)	(115.777)	(59.911)	(381.515)	
Adições		221.732	263.597	273.587	166	316.034	1.075.116	
Baixas		(43.623)	(2.735)			(12.658)	(59.016)	
Transferências		(132.505)	193.228		(322)	(60.401)		
Saldo em 2012	81.948	280.946	3.111.768	2.982.408	7.113	518.361	6.982.544	
Aumento por Reorganização Societária	390.683	4.366	798.289	392.880	139	579.699	2.166.056	
Adições		164.648	270.324	78.189		226.659	739.820	
Baixas						(2.079)	(2.079)	
Transferências		(258.380)	209.855			48.525		
Saldo em 2013	472.631	191.580	4.390.236	3.453.477	7.252	1.371.165	9.886.341	
Amortização acumulada								
Saldo em 01/01/2012	(8.047)	(2.676.946)	(4.023.357)	(5.469)	(146.068)	(381.515)	(7.241.402)	
Redução por Reorganização Societária (1)			826.695	2.885.720		25.036	381.515	
Despesas de amortização (1)			(303.771)	(353.849)		(82.998)	(740.618)	
Baixas						81	81	
Transferências			(136)		136			
Saldo em 2012	(8.047)	(2.154.158)	(1.491.486)	(5.333)	(203.949)		(3.862.973)	
Aumento por Reorganização Societária	(317.533)		(687.521)	(183.841)	(3)	(199.214)	(1.388.112)	
Despesas de amortização			(395.006)	(244.124)		(338.703)	(977.833)	
Baixas						2.074	2.074	
Transferências		(5)	3			2		
Saldo em 2013	(325.580)	(5)	(3.236.682)	(1.919.451)	(5.336)	(739.790)	(6.226.844)	
Intangível líquido								
Saldo em 2012	73.901	280.946	957.610	1.490.922	1.780	314.412	3.119.571	
Saldo em 2013	147.051	191.575	1.153.554	1.534.026	1.916	631.375	3.659.497	
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%		20%		

(1) Líquido dos efeitos da adoção do CPC 19.

Ágios ("Goodwill")

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill").

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "impairment", baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para Provedor de internet RII e 7,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio ("goodwill") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RII	34.630	73.173	107.803	5.502.574
Multimídia RII	184.943	7.321	192.264	720.447
Total	331.456	154.395	485.851	7.603.659

Licenças regulatórias

Concessão / Autorização	Consolidado		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	131.106
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	867.018
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) (i))	30/06/2012	30/06/2027	273.354
Radiofrequências (subfaixas 2,5 GHz (4G) e 450 MHz)			
- Oi Móvel e TNL PCS	30/06/2012	30/06/2027	368.848
Termo Outorga 2013 Oi Móvel Sobras 1.8MHz	30/06/2013	30/04/2023	78.189
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2008	13/03/2016	230.030
Outras licenças			133.078
Total			3.453.477

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos	9.454.276	10.610.339	13.749.174	11.859.731
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	413.688	288.090	600.814	291.974
Empréstimos (mútuo com partes relacionadas)	799.430	661.046	228.268	
Debêntures	30.740	30.740	30.740	30.740
Juros provisionados sobre debêntures	13.440	10.777	13.440	10.777
Custos de transação	(197.195)	(225.418)	(221.245)	(231.265)
Total	10.514.379	11.375.574	14.401.191	11.961.957
Circulante	944.268	992.879	1.896.074	1.136.449
Não circulante	9.570.111	10.382.695	12.505.117	10.825.508

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento (Principal e juros)	TIR %
	2013	2012	2013	2012		
Instituições financeiras	8.526.501	8.255.226	9.294.010	8.543.269		
Moeda nacional	4.171.862	4.131.249	4.939.371	4.419.292	Jan/2013 a Jan/2028	11,50
CCB	3.192.051	3.185.649	3.096.697	3.185.649	Jan/2013 a Ago/2022	3,59
CRI	967.778	921.534	1.428.511	921.534	Jan/2013 a Dez/2033	11,84
Outros	12.033	24.066	414.163	312.109		
Moeda estrangeira	4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977	Jan/2013 a Ago/2020	8,36
Linhas de crédito de ECA	4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977	Jan/2013 a Jul/2021	8,44
BNDES	1.341.463	2.643.203	5.055.978	3.608.436	Jan/2013 a Jan/2013 a	
Moeda nacional	1.341.463	2.643.203	5.055.978	3.608.436	Jul/2021	7,99
Debêntures públicas	44.180	41.517	44.180	41.517	Dez/2015	115%
Mútuo com partes relacionadas - Moeda nacional	799.430	661.046	228.268			
Subtotal	10.711.574	11.600.992	14.622.436	12.193.222		
Custos de transação	(197.195)	(225.418)	(221.245)	(231.265)		
Total	10.514.379	11.375.574	14.401.191	11.961.957		

Sigla:

ECA - "Export Credit Agency" (Agência de crédito à exportação)

Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Instituições financeiras	196.458	224.007	216.429	227.619
Moeda estrangeira	75.605	128.691	95.576	128.691
Moeda nacional	120.853	95.316	120.853	98.928
BNDES	737	1.311	4.816	3.546
Moeda nacional	737	1.311	4.816	3.546
Debêntures públicas		100		100
Total	197.195	225.418	221.245	231.265
Circulante	41.682	40.390	45.049	41.306
Não circulante	155.513	185.028	176.196	189.959

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Reais	6.280.593	7.380.288	10.167.405	7.966.671
Dólar Norte-Americano	4.233.786	3.995.286	4.233.786	3.995.286
Total	10.514.379	11.375.574	14.401.191	11.961.957

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Libor Dólar	3.743.010	3.793.915	3.743.010	3.793.915
CDI	3.858.773	3.698.793	3.287.611	3.037.747
TJLP	1.211.285	2.306.747	4.508.711	3.144.460
IPCA	976.312	923.134	1.420.101	923.134
Taxa pré-fixada	724.999	652.985	1.381.492	1.062.701
INPC			60.266	
Total	10.514.379	11.375.574	14.401.191	11.961.957

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2015	3.131.283	3.371.315
2016	2.134.800	2.866.346
2017	1.517.126	2.255.270
2018	1.509.700	2.244.906
2019 em diante	1.432.715	1.943.476
Total	9.725.624	12.681.313

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

Financiamentos em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia, a TNL PCS, a Oi e a Oi Móvel, contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em 30 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência de dívidas com o BNDES, firmadas pela Companhia e a Oi nos anos de 2005, 2006 e 2009, no montante total de R\$ 845 milhões, para TNL PCS. A transferência de dívidas visa obter maior eficiência na gestão da estrutura de capital do Grupo. Em 30 de setembro de 2013, foram assinados os aditivos aos contratos com a anuência do BNDES para a referida transferência.

Em dezembro de 2012, a Companhia, a TNL PCS, a Oi e a Oi Móvel celebraram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 5.417 milhões para amparar os investimentos entre os anos de 2012 e 2014. Do total da linha contratada, ao final de dezembro de 2012 foram desembolsados R\$ 2.000 milhões (sendo R\$ 566 milhões para a Oi, R\$ 888 milhões para a TMAR, R\$ 412 milhões para a TNL PCS e R\$ 133 milhões para a Oi Móvel). Em outubro de 2013, a Companhia, a TNL PCS, a Oi e a Oi Móvel desembolsaram R\$ 613,50 milhões (sendo R\$ 306,62 milhões para a TMAR e R\$ 138,74 milhões para a TNL PCS). Em dezembro de 2013, a Companhia, a TNL PCS, a Oi e a Oi Móvel desembolsaram R\$ 260 milhões (sendo R\$ 127,01 milhões para a TMAR e R\$ 60,13 milhões para a TNL PCS).

Os custos da Companhia, associados à emissão desta transação, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Adicionalmente, a Companhia e a TNL PCS possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a Companhia e a Oi (controladora direta da Companhia) transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 162 bens reversíveis imóveis para Copart 4 e 101 bens reversíveis imóveis para Copart 5, respectivamente.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos.

Em junho de 2012, a Copart 4 e a Copart 5 promoveram o resgate antecipado de uma das duas séries do CRI no montante de R\$ 392,5 milhões.

Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Financiamentos em moeda estrangeira - Linhas de crédito de ECA

A Companhia contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em outubro de 2013, foram desembolsados US\$ 9,8 milhões (R\$ 21,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK - *"Swedish Export Corporation"* em junho de 2011, finalizando a disponibilidade de recursos a desembolsar deste contrato.

Em junho de 2013, foram desembolsados US\$ 5,6 milhões (R\$ 12,5 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK - *"Swedish Export Corporation"* em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$ 95,7 milhões (R\$ 190,3 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao *"Export Development Canada"* em julho de 2012, e US\$ 21 milhões (R\$ 41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK - *"Swedish Export Corporation"* em junho de 2011.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK - *"Swedish Export Corporation"* em junho de 2011 e de R\$ 93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC - *"Finnish Export Credit"*.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$ 43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao *"Nordic Investment Bank"* em julho de 2008.

Em 2012, a Companhia desembolsou US\$ 394,8 milhões (R\$ 784,1 milhões) de contratos de financiamento junto a essas agências. Esse montante é compreendido pelo desembolso de US\$ 291,9 milhões junto ao *"Finnish Export Credit"*, em contratos celebrados em 2009 e 2011; US\$ 14,1 milhões junto a SEK - *"Swedish Export Corporation"*, em um contrato celebrado em 2011; e US\$ 88,8 milhões junto a ONDD - *"Office National Du Dueroire"*, em um contrato celebrado em 2010.

A Companhia possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK - *"Swedish Export Corporation"*; CDB - *"China Development Bank"*; ONDD - *"Office National Du Dueroire"*; e FEC - *"Finnish Export Credit"*.

Debêntures públicas

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2013	2012	2013	2012
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021	44.180	41.517	44.180	41.517
Debêntures públicas				44.180	41.517	44.180	41.517

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia, da TNL PCS e aval da controladora e das companhias, no montante de R\$ 5.055.978 (2012 - R\$ 3.608.436).

Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e TNL PCS e aval da TMAR, no montante de R\$ 239.001 (2012 - R\$ 309.325).

"Covenants"

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, da Companhia e da TNL PCS, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente. Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em novembro de 2011 a Companhia, a TNL PCS, a Oi e a Oi Móvel contrataram uma linha de crédito rotativo (*"Revolver Credit Facility"*), no valor de US\$ 1 bilhão para um prazo de cinco anos a um custo de Libor +0,90% a.a., junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos *"Bank of America N.A Merrill Lynch"*, *"Pierce, Fenner & Smith Incorporated"*, *"HSBC Securities (USA) Inc"*, *"RBS Securities Inc"* e *"Citibank N.A."*. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos *"Tokio Mitsubishi UFJ"*, *"Barclays PLC"*, *"Deutsche Bank AG"*, *"Morgan Stanley N.A."* e *"Sumitomo Mitsui"*.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que as Companhias possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos				
Contratos de <i>"swap"</i> - cambial	558.015	251.615	558.015	251.615
Contratos de <i>"Non Deliverable Forward"</i> - NDF	46.909		46.909	
Total	604.924	251.615	604.924	251.615
Circulante	86.442	148.909	86.442	148.909
Não circulante	518.482	102.706	518.482	102.706
Passivos				
Contratos de <i>"swap"</i> - cambial	137.855	151.788	137.855	151.787
Contratos de <i>"swap"</i> - taxa de juros	25.297	35.678	25.297	35.679
Contratos de <i>"Non Deliverable Forward"</i> - NDF	443	7.105	443	7.105
Total	163.595	194.571	163.595	194.571
Circulante	100.319	115.150	100.319	115.150
Não circulante	63.276	79.421	63.276	79.421

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
SMP			1.484.407	1.298.721
Concessões STFC		87.642		87.642
Total		87.642	1.484.407	1.386.363
Circulante		87.642	457.173	784.292
Não circulante			1.027.234	602.071

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de serviço de SMP, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2014		457.173
2015		511.169
2016		511.169
2017		2.331
2018 em diante		2.565
Total		1.484.407

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
REFIS II - PAES	6.789	6.589	7.533	7.817
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (i)	495.817	489.685	542.870	497.960
Total	502.606	496.274	550.403	505.777
Circulante	43.074	45.452	47.464	46.752
Não circulante	459.532	450.822	502.939	459.025

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros - incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião da reabertura do prazo para adesão levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013 -, são compostos como segue:

	Consolidado			
	2013		2012	
	Principal	Multas	Juros	Total
COFINS	135.966	26.610	205.648	368.224
CPMF	83	48	197	328
Imposto de renda	43.325	3.800	40.766	87.891
INSS	4.063	655	11.424	16.142
Contribuição social	15.818	1.397	7.985	25.200
PIS	13.334	838	15.230	29.402
Outros	4.947	1.991	16.278	23.216
Total	217.536	35.339	297.528	550.403

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
2014	43.074	47.464
2015	46.394	50.813
2016	46.394	50.813
2017	46.394	50.813
2018	46.394	50.813
2019 a 2021	139.183	152.439
2022 a 2025	134.773	147.248
Total	502.606	550.403

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e inclusão de dívidas levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos tributários federais disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Recentemente, com a reabertura do prazo para a inclusão de débitos no aludido programa de parcelamento federal levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013, a Companhia e algumas de suas controladas optaram por indicar, para parcelamento, outros débitos vencidos até 30 de novembro de 2008 que, até então, encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

21. PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias				
(i) ICMS	185.521	178.494	236.946	228.179
(ii) FUST / FUNTTEL	140.907	136.391	147.350	142.632
ISS	54.612	51.358	65.722	53.683
ILL	19.998	19.478	19.998	19.478
(ii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	8.944	8.682	9.438	9.158
Demais ações	23.522	25.687	30.087	30.048
Total	433.504	420.090	509.541	483.178
Trabalhistas				
(i) Horas extras	211.337	279.900	228.046	286.492
(ii) Indenizações	69.760	94.472	77.125	96.821
(iii) Adicionais diversos	63.993	74.324	71.612	75.691
(iv) Estabilidade / reintegração	43.180	72.017	46.231	72.205
(v) Complemento de aposentadoria	31.696	48.993	31.658	49.001
(vi) Diferenças salariais	22.418	35.652	23.307	35.975
(vii) Verbas rescisórias	12.989	18.994	16.539	20.175
(viii) Multas trabalhistas	11.485	14.825	12.554	15.487
Honorários advocatícios/periciais	9.077	10.606	10.534	10.775
(ix) Vínculo empregatício	4.965	4.330	5.076	4.450
(x) FGTS	3.611	5.383	4.367	5.786
(xi) Subsidiariedade	853	1.711	1.037	1.723
(xii) Demais ações	16.148	19.417	17.740	20.186
Total	501.512	680.624	545.826	694.767
Cíveis				
(i) Multas ANATEL	360.129	325.431	390.976	339.781
(ii) Estimativas ANATEL	334.215	336.683	347.843	349.948
(iii) Juizado Especial	48.366	28.319	89.139	50.775
(iv) Demais ações	262.366	343.393	301.239	363.872
Total	1.005.076	1.033.826	1.129.197	1.104.376
Total das provisões	1.940.092	2.134.540	2.184.564	2.282.321
Circulante	361.563	383.821	453.232	465.324
Não circulante	1.578.529	1.750.719	1.731.332	1.816.997

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

	2013			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	509.541	545.826	1.129.197	2.184.564
Passivo contingente	12.444.562	409.898	693.960	13.548.420
Total	12.954.103	955.724	1.823.157	15.732.284
	2012			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	483.178	694.767	1.104.376	2.282.321
Passivo contingente	11.766.434	374.375	612.003	12.752.812

contínua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2012	387.319	845.893	992.921	2.226.133
Adições / Reversões	28.480	21.790	115.506	165.776
Baixas por pagamento/encerramentos	(28.480)	(303.104)	(110.329)	(441.913)
Atualização monetária	32.771	116.045	35.728	184.544
Saldo em 2012	420.090	680.624	1.033.826	2.134.540
Adições / Reversões	53.716	(54.965)	151.073	149.824
Baixas por pagamento/encerramentos	(108.180)	(246.790)	(139.322)	(494.292)
Atualização monetária	67.878	122.643	(40.501)	150.020
Saldo em 2013	433.504	501.512	1.005.076	1.940.092

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2012	849.252	1.895.863	4.148.625	6.893.740
Redução por Reorganização Societária	(263.841)	(1.042.992)	(3.077.697)	(4.384.530)
Adições / Reversões	7.182	32.281	195.322	234.785
Baixas por pagamento/encerramento	(158.512)	(313.402)	(210.945)	(682.859)
Atualização monetária	49.097	123.017	49.071	221.185
Saldo em 2012	483.178	694.767	1.104.376	2.282.321
Aumento por Reorganização Societária	18.194	17.286	37.319	72.799
Adições / Reversões	62.015	(39.456)	256.241	278.800
Baixas por pagamento/encerramentos	(133.428)	(255.934)	(237.670)	(627.032)
Atualização monetária	79.582	129.163	(31.069)	177.676
Saldo em 2013	509.541	545.826	1.129.197	2.184.564

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Tributárias:**

(i) Tributos estaduais – Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

(ii) Tributos federais – Autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

Trabalhistas:

(i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração – Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

(vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado.

(vii) Verbas rescisórias - Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças.

(viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(xii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No exercício de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão na controladora no montante de R\$ 152.174 (líquido de impostos, no montante de R\$ 100.435).

Cíveis:

(i) Multas ANATEL - Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(ii) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade.

(iii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iv) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

(i) ICMS – Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 4.602.018 (2012 - R\$ 4.286.234). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 1.621.278 (2012 - R\$ 1.478.483), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 606.451 (2012 - R\$ 552.414) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 271.863 (2012 - R\$ 265.421).

(iv) Tributos federais – As autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.147.370). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

• A Companhia possui diversos casos administrativos e judiciais de compensação, nos quais se discute créditos de pagamento a maior de PIS e COFINS, decorrente em sua maioria de alargamento de base de cálculo –

Lei nº 9.718/98, exclusão da base de cálculo de receitas de interconexão, exclusão de receitas de telecomunicações do sistema cumulativo, bem como de pagamento a maior de IRPJ e CSLL. Esses casos totalizam R\$ 2.107.525 (2012 - R\$ 2.141.850) e segundo a avaliação dos advogados da companhia, o grau de risco atribuído a esses casos é possível.

• IRRF – Mutuo – A Receita Federal do Brasil autou a TMAR no valor histórico de R\$ 160.083 (dez/2007) (2012 - R\$ 160.083) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. A impugnação administrativa foi julgada parcialmente procedente e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário pelo CARF. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que existem bons argumentos para a defesa e classificam o caso como perda possível.

Trabalhistas:
Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 409.898 (2012 - R\$ 374.375).

Cíveis:
Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 693.960 (2012 - R\$ 612.003).

Garantias
A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 7.456.340 (2012 - R\$ 5.637.417) na controladora e R\$ 9.278.630 (2012 - R\$ 7.604.957) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Receitas a apropriar

Adiantamentos de clientes

Consignação em favor de terceiros

Provisão para desmobilização de ativos

Obrigações por aval concedido por parte relacionada

Outros

Total

Circulante

Não circulante

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social é de R\$ 11.661.092 (2012 - R\$ 11.628.775), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

Quantidade (em milhares de ações)

2013

2012

Capital total em ações

Ações ordinárias

Ações preferenciais classe A

Total em circulação

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

(b) Ações em tesouraria

Em decorrência da Reorganização Societária ocorrida em 27 de fevereiro de 2012 as ações em tesouraria foram canceladas integralmente.

(c) Reservas de capital

Reserva de ágio na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Em 27 de fevereiro de 2012, em decorrência da aprovação da Reorganização Societária o montante de R\$ 837.711 foi absorvido desta reserva.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

Reserva de opções de ações

Em função da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012 o programa de opções de ações foi extinto o que gerou a reversão do saldo contabilizado nesta reserva em contrapartida a conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 128.024.

Reserva de juros sobre obras em andamento

Corresponde à contrapartida do excesso dos juros calculados mensalmente à taxa de 12% a.a. incidentes sobre os saldos de obras em andamento da Companhia, conforme definido na Portaria nº 21/1994 e Portaria nº 3/1994 expedidas pelo Ministério das Comunicações. Os juros cobrados a 12% a.a. que excediam a despesa financeira sobre os empréstimos para financiar as obras em andamento eram contabilizados nesta conta de reserva de capital. Esses juros foram calculados pela Companhia até 31 de dezembro de 1999.

Em 27 de julho de 2012, a AGE aprovou a realização da reserva de juros sobre obras em andamento mediante a amortização parcial das ações ordinárias e preferenciais classe "A" da Companhia no valor total de R\$ 1.210.302.

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(d) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da reserva de lucros de incentivos fiscais no montante de R\$12.728 foi revertida para lucros acumulados.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(f) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei 6.404/76.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e à elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B"; bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 13.76/74, com recursos de incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$761.130. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação em AGO, o saldo do lucro do exercício, acrescido da realização da reserva especial Lei nº 8.200/1991 no montante de R\$ 113 e da reversão da reserva de lucros de incentivos fiscais no montante de R\$ 12.728, foi destinado da seguinte forma: (a) constituição de reserva legal no montante de R\$ 38.057; (b) dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais Classe "A" de R\$ 322.688; e (c) constituição de reserva de investimentos no montante de R\$ 413.226.

Os dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	761.130	1.564.657
Reserva legal - 5%	(38.057)	(78.232)
Reserva Incentivo fiscal		(12.728)
Lucro líquido ajustado	723.073	1.473.697
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	180.768	368.424

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais classe "A" do exercício de 2013 foram calculados como segue:

	2013
Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	19.455.058
Total de ações em circulação (*)	344.497
Total de ações preferenciais classe "A" em circulação (*)	190.465
Base de cálculo	56,47
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Valor por ação em Reais	1,6942
Dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A"	322.688

(*) em milhares de ações

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a pagar pela Companhia, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

Ano-base da proposta	2013	2012
2013	322.688	
2012	360.387	368.424
2010		12.674
Total	683.075	381.098

(g) Lucro por ação básico e diluído**Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	761.130	1.564.657
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	340.318	701.760
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	420.812	862.897
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais – básicas e diluídas	190.465	189.401
Lucro por ação (Em reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	2,21	4,56
Ações preferenciais – básicas e diluídas	2,21	4,56

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(a) Fundos de pensão**

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi Móvel, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PBS-A	TMAR	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora indireta da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Provisões para fundos de pensão

Refere-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado 2013
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	500
Circulante	220
Não circulante	280

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora Oi.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado 2013
Plano TCSPREV	2.708
Circulante	839
Não circulante	1.869

Características dos planos de previdência complementar patrocinados**1) SISTEL**

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos**(i) PBS-A**

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos**(i) PBS-Telemar**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

	Controladora			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar		TelemarPrev	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	222.175	259.701	2.195.813	2.509.073
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	8.220	11.516	361.336	563.293
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	230.395	271.217	2.557.149	3.072.366
Valor justo dos ativos do plano	(258.076)	(316.274)	(2.996.642)	(3.312.657)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(27.681)	(45.057)	(439.493)	(240.291)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.681	45.057	439.493	240.291
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido				

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	963	118	222.175	2.241.129
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	551	1.236	8.220	377.294
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.514	1.354	230.395	2.618.423
Valor justo dos ativos do plano	(1.014)	(4.062)	(258.076)	(3.076.378)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	500	(2.708)	(27.681)	(457.955)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.681	457.955
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	500	(2.708)		

	Consolidado			
	2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos			259.701	2.558.038
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			11.516	588.515
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais			271.217	3.146.553
Valor justo dos ativos do plano			(316.274)	(3.395.454)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido			(45.057)	(248.901)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			45.057	248.901
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Controladora			
	2013		2012	
	PBS-Telemar	TelemarPrev		

	Controladora			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	271.217	224.927	3.072.366	2.474.480
Juros sobre as obrigações atuariais	23.312	22.430	265.625	247.633
Custo do serviço corrente	235	182	10.148	9.184
Contribuições de participantes vertidas no ano	52	50		
Benefícios pagos líquidos	(17.777)	(15.757)	(192.874)	(222.847)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(46.644)	39.385	(598.116)	568.713
Entrada/(Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)				(4.797)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	230.395	271.217	2.557.149	3.072.366
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	316.274	289.333	3.312.657	3.019.734
Rendimento esperado no ano	27.324	29.109	286.984	303.968
Contribuições normais recebidas pelo plano	137	142		
Patrocinadora	85	92		
Participantes	52	50		
Pagamento de benefícios	(17.777)	(15.757)	(192.874)	(222.847)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(67.882)	13.447	(410.125)	211.802
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	258.076	316.274	2.996.642	3.312.657
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(27.681)	(45.057)	(439.493)	(240.291)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.681	45.057	439.493	240.291
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Consolidado			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

	Consolidado			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.532	1.606	271.217	3.146.553
Juros sobre obrigação atuarial	215	142	23.312	272.072
Custo do serviço corrente	133	124	235	11.694
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(68)	(10)	(17.777)	(196.631)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(1.298)	(508)	(46.644)	(615.265)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.514	1.354	230.395	2.618.423
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.563	4.334	316.274	3.395.454
Rendimento esperado no ano	129	384	27.324	294.197
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	
Patrocinadora			85	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(68)	(10)	(17.777)	(196.631)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(610)	(646)	(67.882)	(416.642)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.014	4.062	258.076	3.076.378
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	500	(2.708)	(27.681)	(457.955)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.681	457.955
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	500	(2.708)		

	Consolidado			
	2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		

	Consolidado			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	224.927	2.534.333		
Juros sobre obrigação atuarial	22.430	253.671		
Custo do serviço corrente	182	10.652		
Benefícios pagos líquidos	(15.757)	(226.939)		
Contribuições de participantes vertidas no ano	50			
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	39.385	574.836		
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	271.217	3.146.553		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	289.333	3.097.867		
Rendimento esperado no ano	29.109	311.899		
Contribuições normais recebidas pelo plano	142			
Patrocinadora	92			
Participantes	50			
Pagamento de benefícios	(15.757)	(226.939)		
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	13.447	212.627		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	316.274	3.395.454		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(45.057)	(248.901)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	45.057	248.901		
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Controladora			
	2013		2012	
	PBS-Telemar	TelemarPrev		

	Controladora			
	2013	2012	2013	2012
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	235	181	10.148	9.183
Juros sobre as obrigações atuariais	23.312	22.430	265.626	247.633
Rendimento dos ativos do plano	(27.324)	(29.109)	(286.985)	(303.968)
Juros sobre o passivo oneroso	4.005	6.667	21.359	56.445
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(228)	(169)	(10.148)	(9.293)
Total da despesa (receita) reconhecida				

	Consolidado			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	133	123	235	11.695
Juros sobre as obrigações atuariais	215	142	23.312	272.071
Rendimento dos ativos do plano	(129)	(384)	(27.324)	(294.196)
Juros sobre o passivo oneroso			4.005	22.125
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(11.695)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	219	(119)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(689)	139		
Total da despesa (receita) reconhecida	(470)	20		

	Consolidado			
	2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente			181	10.652
Juros sobre as obrigações atuariais			22.430	253.671
Rendimento dos ativos do plano			(29.109)	(311.899)
Juros sobre o passivo oneroso			6.667	58.337
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(169)	(10.761)
Total da despesa (receita) reconhecida				

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV, Alternativo e Fundador e TCSPREV foram as seguintes:

	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,93%	7,93%	7,93%	5,5% a 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

	2012			
	PBS-Telemar	TelemarPrev		
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial			8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação			4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado			8,68%	4,5% a 14,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios			4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano			9,52%	9,52%
Tábua biométrica de mortalidade geral			AT2000	AT2000
			Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez			Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos			Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade			Nula	11,69%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

b) Os dados cadastrais utilizados para os Planos da FATL é de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC)

	Controladora	
	2013	2012
	PBS-A	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.938.467	3.362.914
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.938.467	3.362.914
Valor justo dos ativos do plano	(5.486.560)	(5.289.438)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.548.093)	(1.926.524)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	1.625.335
(=) Passivo/ (ativo) atuarial líquido	(293.215)	(301.189)
Provisão para ativo de realização duvidosa (i)	293.215	301.189
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido		

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, considerando a expectativa de difícil realização do crédito, foi constituída provisão para perdas com ativo.

	Consolidado		
	2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.938.467	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		1.968	117
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.938.467	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano	(5.486.560)	(45.312)	(1.668)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.548.093)	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	21.115	1.551
(=) Passivo/ (ativo) atuarial líquido	(293.215)		
Provisão para ativo de realização duvidosa	293.215		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			

	Consolidado		
	2012		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.362.914	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		2.412	128
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.362.914	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano	(5.289.438)	(53.299)	(1.933)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	(1.926.524)	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.625.335	24.729	1.805
(=) Passivo/ (ativo) atuarial líquido	(301.189)		
Provisão para ativo de realização duvidosa	301.189		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			

	Controladora	
	2013	2012
	PBS-A	
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO		
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.362.914	2.883.314
Juros sobre obrigação atuarial	287.645	285.896
Benefícios pagos líquidos	(299.883)	(252.948)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(412.209)	446.652
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício		

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

	Consolidado		
	2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.362.914	28.570	128
Juros sobre obrigação atuarial	287.645	2.464	11
Custo do serviço corrente		82	5
Benefícios pagos líquidos	(299.883)	(1.929)	
Contribuições de participantes vertidas no ano		23	5
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(412.209)	(5.013)	(32)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.938.467	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.289.438	53.299	1.933
Rendimento esperado no ano	458.913	4.664	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		62	9
Patrocinadora		39	4
Participantes		23	5
Pagamento de benefícios	(299.883)	(1.929)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	38.092	(10.784)	(446)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.486.560	45.312	1.668
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.548.093)	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.878	21.115	1.551
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(293.215)		
Provisão para ativo de realização duvidosa	293.215		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			

	Consolidado		
	2012		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.883.314	23.020	157
Juros sobre obrigação atuarial	285.896	2.301	16
Custo do serviço corrente		44	7
Benefícios pagos líquidos	(252.948)	(1.610)	
Contribuições de participantes vertidas no ano		37	4
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	446.652	4.778	(56)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.362.914	28.570	128
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.495.346	40.069	1.657
Rendimento esperado no ano	452.773	4.068	171
Contribuições normais recebidas pelo plano		58	9
Patrocinadora		22	5
Participantes		36	4
Pagamento de benefícios	(252.948)	(1.610)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	594.267	10.714	96
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.289.438	53.299	1.933
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(1.926.524)	(24.729)	(1.805)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.625.335	24.729	1.805
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(301.189)		
Provisão para ativo de realização duvidosa	301.189		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			

	Controladora	
	2013	2012
	PBS-A	
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Juros sobre as obrigações atuariais	287.645	285.896
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(452.773)
Juros sobre o passivo oneroso	144.492	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	26.776	166.877
Total da despesa (receita) reconhecida		

	Consolidado		
	2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Custo do serviço corrente		82	6
Juros sobre as obrigações atuariais	287.645	2.464	11
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(4.664)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	144.492	2.198	160
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	26.776	(80)	(6)
Total da despesa (receita) reconhecida			

	Consolidado		
	2012		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Custo do serviço corrente		44	7
Juros sobre as obrigações atuariais	285.896	2.301	16
Rendimento dos ativos do plano	(452.773)	(4.069)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso		1.764	155
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	166.877	(40)	(7)
Total da despesa (receita) reconhecida			

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula

	2012		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000
	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	N/A	Nula	Nula
N/A = Não Aplicável			

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2013

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

b) Os dados cadastrais utilizados para o os planos da SISTEL são de 31 de julho de 2013 e o PAMEC é de 31 de outubro de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	80,00%	80,00%	78,90%	85,27%	80,00%	80,00%	71,54%
Renda variável	8,00%	8,00%	17,24%	13,41%	8,00%	8,00%	19,35%
Investimentos estruturados	10,00%	10,00%		0,02%	10,00%	10,00%	0,08%
Investimentos no exterior							
Imóveis	1,00%	1,00%			1,00%	1,00%	7,88%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,86%	1,30%	1,00%	1,00%	1,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas registraram reversões das provisões com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 152.318 (2012 - R\$ 249.713).

A referida reversão foi registrada contabilmente, em conformidade com a determinação da Companhia e mediante a análise do cumprimento das metas estabelecidas.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da holding Oi)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Contas a receber	845.518	440.672	722.626	84.320
TNL PCS	598.027	402.148		
Oi Internet	7.476	7.590		
BrT Multimídia	7.551			
Oi	220.239	19.747	722.626	68.607
Oi Móvel	10.660	11.187		15.713
iG Brasil	1.565			
Empréstimos com controladas	97.168	23.407	675.139	9.601
Serede	86.081	13.706		
Oi Serviços Financeiros	10.641	8.114	10.641	8.114
Dommo	446	100		
Oi		1.487	664.498	1.487
Debêntures	1.062.664	879.633	1.062.664	5.467.867
Oi	1.062.664	879.633	1.062.664	5.467.867
Dividendos a receber	940.811	573.037		
Serede	27	27		
TNL PCS	635.249	504.863		
Oi Internet	140.457	68.147		
BrT Serviços Financeiros	2.064			
Copart 5	25.350			
Oi Móvel	62.277			
BrT Internet	3.174			
BrT Multimídia	72.213			
Demais ativos	755	1.070	142	880
Oi	142	880	142	880
TNL PCS	613	190		

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Fornecedores	339.616	418.277	422.863	114.437
TNL PCS	188.551	261.908		
Oi Internet	9.241	56.879		
Pointer Networks		2.121		
Serede	17.962	13.371		
AIX		1.170		
Oi	110.323	49.838	422.863	52.873
BrT CS		24.742		35.948
Oi Móvel	13.099	6.921		11.971
iG Brasil	73	1.327		9.262
BrT Multimídia	367			780
BrT Call Center				3.603
Empréstimos e financiamentos	799.429	661.046	228.267	
TNL PCS	77.858	661.046		
Oi	190.976		228.267	
Oi Móvel	530.595			
Dividendos e juros sobre capital próprio	672.522	368.424	672.522	368.424
Oi	672.522	368.424	672.522	368.424
Demais obrigações	68.022	40.281	214.142	40.431
Oi	68.022	40.281	214.142	40.431

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita				
Receita dos serviços prestados	1.481.278	505.463	1.538.537	245.052
TNL PCS	1.395.106	420.271		
Oi Internet	2.564	2.166		
Serede	228	734		
Pointer Networks	1.569	2.512		
Oi	78.677	76.673	1.528.527	224.511
Oi Móvel				13.103
iG Brasil	209	530		530
BrT Multimídia	2.326	2.162		4.482
BrT CS	599	415	10.010	2.038
VANT				388
Receitas financeiras	101.375	104.860	153.747	470.381
TNL PCS	6.598	8.183		
Coari		51		
Dommo	34	676		
Oi	89.400	90.816	152.915	470.381
Serede	4.511	801		
Oi Serviços Financeiros	832	652	832	
TNCP		3.681		

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais	(2.991.094)	(3.681.497)	(759.745)	(410.398)
TNL PCS	(2.442.672)	(3.111.168)		
Serede	(168.774)	(144.683)		
AIX		(14.412)		
Pointer Networks	(4.164)	(8.577)		
Oi Internet	(15.277)	(61.009)		
Oi	(111.530)	(106.794)	(546.110)	(130.212)
Oi Móvel	(108.914)	(127.496)		(137.776)
BrT CS	(139.116)	(105.892)	(213.635)	(132.517)
iG Brasil	(273)	(1.092)		(1.092)
BrT Multimídia	(374)	(374)		(3.691)
BrT Call Center				(5.110)
Despesas financeiras	(90.732)	(203.441)	(83.559)	(52.276)
TNL PCS	(12.688)	(116.979)		
Oi	(50.897)	(29.746)	(83.559)	(34.713)
Oi Móvel	(27.147)	(48.233)		
TNL		(8.483)		(17.563)

Linhas de crédito

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2012 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a Oi, TNL PCS e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD. As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

As garantias de aval são concedidas pela Oi sobre financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a título de comissão pelo aval, despesas de R\$ 25.536 (2012 – R\$ 17.383).

As garantias em processos judiciais da Companhia são concedidas pela Oi mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A". Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a avalista no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a título de comissão pela garantia obtida, despesas de R\$ 16.763 (2012 – R\$ 12.363).

Garantias concedidas

A Companhia é avalista da controlada TNL PCS em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada TNL PCS. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 6.598 (2012 – R\$ 8.183).

Adicionalmente, na operação do CRLI, foram concedidos avais para Oi ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor.

As receitas relativas a esses avais totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 R\$ 5.090 (2012 – R\$ 5.894).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Contas a receber	15.720	7.926	18.058	10.542
Contax S.A.	6.146	4.549	6.278	4.887
Portugal Telecom	9.355	3.307	9.355	3.307
Unitel			1.855	2.278
TODDO	219		570	
Portugal Telecom Inovação		70		70

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Fornecedores	30.058	25.844	50.431	48.958
Contax S.A.	18.313	19.459	27.623	20.318
Portugal Telecom	1.876	881	1.876	881
Ability				10.342
TODDO	8.210	4.952	14.639	12.824
Portugal Telecom Inovação	1.248	481	5.687	4.522
Veotex	411	71	606	71

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita				
Receita dos serviços prestados	31.550	40.078	35.463	45.717
Contax S.A.	21.103	31.499	22.199	33.610
Portugal Telecom	9.733	7.646	9.733	7.646
Unitel			1.116	1.085
TODDO	714	933	1.757	2.057
Ability			658	1.319

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais	(20.804)	(35.031)	(59.158)	(88.393)
Portugal Telecom	(2.045)	(2.523)	(2.045)	(2.523)
TODDO	(9.074)	(20.127)	(15.405)	(27.999)
Portugal Telecom Sistemas de Informação	(375)	(513)	(375)	(513)
Portugal Telecom Inovação	(1.258)	(4.758)	(8.558)	(4.758)
Portugal Comunicação	(892)		(892)	
Veotex	(7.160)	(7.110)	(7.709)	(7.110)
Ability			(24.174)	(45.490)

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas Oi Móvel e TNL PCS, contratam serviços de central de atendimento e serviço de cobrança da Contax, que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, "telemarketing" ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 954.817 (2012 – R\$ 872.323) na controladora e de R\$ 1.532.084 (2012 – R\$ 1.397.554) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, o acionista controlador do BNDESPAR, que em 31 de dezembro de 2013 detinha 13,05% do capital votante da TmarPart, empresa holding do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido pela Companhia e suas controladas, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.341.463 (2012 – R\$ 2.643.203) na controladora e de R\$ 5.055.978 (2012 – R\$ 3.608.436) no consolidado, e registraram despesas financeiras de R\$ 174.072 (2012 – R\$ 186.887) na controladora e R\$ 339.691 (2012 – R\$ 266.255) no consolidado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano de 2012, foram de R\$ 3.355 na controladora e R\$ 8.314 no consolidado. Após a Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012, os administradores da Companhia passaram a compor o quadro de administradores da Oi.

26. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	Consolidado	
	2013	2012
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	600.000	500.000
Incêndio - estoques	100.000	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	187.408	163.480
Garantia de concessão - TMAR	49.551	75.227
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2013 (ptax): R\$ 2,3426 = US\$ 1,00

27. OUTRAS INFORMAÇÕES**Alteração do Diretor Presidente**

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Companhia, atendendo indicação da Telemar Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Companhia, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Companhia, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa "holding" do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos "workstreams" conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 11 e 19 de abril de 2013 e 12 de julho de 2013, a Companhia e sua controladora Oi celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$ 1,78 bilhões. Os valores recebidos antecipadamente em conexão com a transação de cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas foram registrados como Receitas a apropriar e são reconhecidos ao resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

Desapropriação de imóvel

Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Companhia.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$ 210.000 a título de indenização, apresentado na rubrica de Demais ativos. A Companhia registrou um ganho de R\$ 173.459, registrado em outras receitas operacionais.

Alteração na Política de Remuneração ao Acionista para os exercícios sociais de 2013-2016

Em 13 de agosto de 2013, a Companhia, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 358/2002, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a flexibilidade financeira da Companhia e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas ("Política de Remuneração") divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos:

(i) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;

(II) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.

Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Companhia então prevaletentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

Em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente ao montante de R\$ 0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

O pagamento ocorreu em 11 de outubro de 2013, tendo como base a posição acionária de 27 de setembro de 2013.

Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. ("Portugal Telecom"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel. S.A. ("LF"), a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSP75 Participações S.A. ("EDSP75"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo"), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que poderá ser a Telemar Participações S.A. ("TelPart") ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da TelPart, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

(a) Aumento de capital da Oi no valor mínimo de R\$ 13,1 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 14,1 bilhões, a ser realizado mediante a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais da Oi, do qual o montante mínimo de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 8,0 bilhões, será integralizado em dinheiro e aproximadamente R\$ 6,1 bilhões serão integralizados pela Portugal Telecom, ao mesmo preço por ação, através da contribuição de ativos da Portugal Telecom;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

(d) Listagem das ações da CorpCo no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;

(e) Incorporação das ações da Oi na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;

(f) Incorporação da Portugal Telecom pela CorpCo. No momento da sua incorporação na CorpCo, além das ações da CorpCo de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;

(g) Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da CorpCo equivalente ao número de ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de março de 2014.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES**Incorporação TNL PCS**

Em 1 de fevereiro de 2014 foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TNL PCS (operadora móvel das regiões 1 e 3) e da Oi Móvel (operadora móvel da região 2) que deliberaram sobre a incorporação da primeira pela segunda, sendo extinta a TNL PCS.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Zeinal Abedin Mahomed Bava (Presidente)
Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)
Bayard De Paoli Gontijo (Diretor)

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ 083.182

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Telemar Norte Leste S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases**Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (b), em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telemar Norte Leste S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2014

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Big Brother na segurança da Copa

Consórcio liderado por brasileira será responsável por centros de comando exclusivos nas 12 cidades-sede

Erica Ribeiro

eribeiro@brasileconomico.com.br

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), ligada ao Ministério da Justiça, assinou contrato com o Consórcio Brasil Seguro – formada pelas empresas Módulo Security, Aceco TI, Comtex e Agora Telecom – que será o grupo responsável pelo fornecimento de soluções de tecnologia de informação, serviços e infraestrutura de 14 Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), previstos nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo. Dois deles serão centro de backup, que ficarão instalados em Brasília e no Rio de Janeiro. O projeto terá um custo de R\$ 244 milhões, valor da oferta apresentada ao governo pelo consórcio, e faz parte da arquitetura de segurança pública que está sendo desenhada para o evento. Terminada a Copa do Mundo, estes centros de comando permanecerão nas cidades que sediaram o mundial – a partir daí sob a responsabilidade das secretarias de segurança locais.

Em um espaço de pouco mais de 42 metros quadrados, os visitantes da LAAD Security, feira do setor de segurança que acontece no Riocentro, no Rio de Janeiro, puderam entender melhor como será o monitoramento de todos os passos de delegações, autoridades e demais envolvidos no evento.



André Luiz Mello

Quando a bola sair de campo, as ferramentas de monitoramento ficam como legado para as cidades

Sérgio Thompson-Flores, CEO da Módulo Security, empresa que lidera o consórcio, explicou que o maior diferencial do novo centro de comando será o de transformar uma gama de informações em uma solução de inteligência que permita criar os melhores meios de escoamento e segurança de todos que vão partici-

par dos jogos.

“Hoje, podemos dizer que há uma certa cegueira pelo excesso de informações que obtemos ao mesmo tempo. Para criar estratégias de inteligência, foi desenvolvida uma ferramenta que, na verdade, funciona como um sistema integrado. É o uso da informação associada à inteligência para a me-

lhor velocidade de resposta”, diz ele, exemplificando que a solução vai poder, em caso de acidente ou outro problema existente no trajeto de uma delegação, por exemplo, traçar uma rota alternativa de forma mais ágil e ainda acionar os órgãos públicos que poderão ajudar na solução do problema.

“O mais importante é que esta-

O fornecimento de soluções de tecnologia de informação, serviços e infraestrutura irá para 14 Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), previstos nas 12 cidades-sede da Copa

mos desenvolvendo soluções globais com padrão nacional. Nos orgulha que o consórcio vencedor tenha sido liderado por uma empresa brasileira, com software e capital brasileiros, demonstrando, mais uma vez, nossa capacidade no desenvolvimento de tecnologia de ponta”, completa ele.

O processo de concorrência, começou em junho de 2013 e teve a participação de outros seis consórcios, dos quais faziam parte empresas como a IBM, a Microsoft e a Motorola, entre outras. O projeto deverá ficar pronto até maio desse ano. Parte dos sistemas permanecerá mobilizada para suportar a segurança das Olimpíadas e das Paraolimpíadas de 2016. Mas, segundo Sérgio, novas conversas estão em andamento, voltadas exclusivamente para os jogos olímpicos.